

# Apurações contra Marcelo Bretas começam a avançar no CNJ

Os processos administrativos contra o juiz Marcelo Bretas por sua atuação em ações da autoapelidada “lava jato” fluminense começaram a avançar no Conselho Nacional de Justiça, segundo informações do jornal *O Globo*.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Bretas foi afastado de sua função pelo CNJ em fevereiro de 2023

Bretas **foi afastado** pelo CNJ da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro em fevereiro de 2023. Ele é alvo de três reclamações disciplinares que tramitam em sigilo.

Entre março e abril, afirma o jornal, serão ouvidas testemunhas de acusação e defesa, além do próprio Bretas.

A relatoria do caso mudou três vezes em 12 meses. Agora os procedimentos estão nas mãos do conselheiro José Rotondano, que tomou posse como integrante do CNJ no começo do mês.

## Afastamento e reclamações

O CNJ decidiu em 28 de fevereiro do ano passado pelo afastamento de Bretas. Na ocasião, também ficou determinada a abertura de um procedimento para apurar a conduta do juiz nos processos da “lava jato” fluminense.

O colegiado analisou três reclamações disciplinares. Todas estão em sigilo. Por isso, a sessão não foi transmitida. O relator das reclamações era o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão.

Um dos pedidos **foi feito pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**, com base em reportagem da revista *Veja* segundo a qual Bretas negociou penas, orientou advogados e combinou estratégias com o Ministério Público. A publicação se baseou em delação do advogado criminalista Nythalmar Dias Ferreira Filho.

Segundo a OAB, Bretas violou deveres de imparcialidade e tratamento urbano com as partes, entre outros previstos no artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, culminando, inclusive, em desrespeito às prerrogativas dos advogados.

O segundo processo **foi ajuizado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes**, que apontou a condução de um acordo de colaboração premiada baseado apenas em informações repassadas por terceiro, cujo intuito, segundo ele, era favorecer a candidatura de Wilson Witzel ao governo estadual em 2018.

O caso é o da delação premiada de Alexandre Pinto, ex-secretário municipal de Obras do Rio, que envolveu Paes em um esquema de propinas no plano de infraestrutura da Olimpíada de 2016. Ele chegou a admitir que não estava presente no momento em que Paes teria acertado um pagamento à construtora Odebrecht.

A defesa do atual prefeito do Rio pediu acesso ao material da delação, mas Bretas alegou sigilo do caso e negou. Mesmo assim, alguns trechos do depoimento vazaram. Na época em que a delação veio à tona, Paes liderava as pesquisas de intenção de voto para o governo do Rio. Porém, ao fim, Witzel foi eleito.

A terceira reclamação disciplinar foi ajuizada pela própria Corregedoria Nacional de Justiça, a partir de correição extraordinária determinada pelo corregedor e coordenada pelo desembargador Carlos von Adamek.

## Delação premiada

Em acordo de colaboração premiada firmado com a Procuradoria-Geral da República, Nythalmar Dias Ferreira Filho teria apresentado uma gravação na qual Bretas diz que vai “aliviar” acusações contra o empresário Fernando Cavendish, delator que também chegou a ser preso pela “lava jato”.



A *Veja* transcreveu a gravação, na qual Bretas afirma: “Você pode falar que conversei com ele, com o Leo, que fizemos uma videoconferência lá, e o procurador me garantiu que aqui mantém o interesse, aqui não vai embarrear”, diz Bretas. “E aí deixa comigo também que eu vou aliviar. Não vou botar 43 anos no cara. Cara tá assustado com os 43 anos”, diz ele em outro trecho do diálogo.

Leo seria o procurador Leonardo Cardoso de Freitas, então coordenador da “lava jato” no Rio de Janeiro. Os “43 anos” se referem à decisão que condenou o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, o que gerou temor generalizado nos réus.

Além disso, Nythymar afirma que Bretas atuou para que Wilson Witzel (PSC) fosse eleito governador do Rio em 2018. De acordo com o advogado, no segundo turno, Eduardo Paes, em busca de uma trégua, comprometeu-se a nomear uma irmã do juiz para uma secretaria se fosse eleito.

Depois de Witzel ganhar as eleições, ele, Paes e Bretas firmaram um acordo informal, narra Nythymar. O ex-prefeito assegurou que abandonaria a política “em troca de não ser perseguido” (o que não aconteceu, pois foi novamente eleito prefeito do Rio em 2020).

Já Witzel nomeou Marcilene Cristina Bretas, irmã do juiz, para um cargo na Controladoria-Geral do Estado do Rio. À *Veja*, Bretas negou as acusações.

**Reclamação disciplinar 0004278-39.2021.2.00.0000**

**Reclamação disciplinar 0006499-58.2022.2.00.0000**

**Reclamação disciplinar 0007861-95.2022.2.00.0000**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-01/apuracoes-contra-marcelo-bretas-comecam-a-avancar-no-cnj/>